

## ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	5
LIÇÃO I – HISTÓRIA E FUNDAMENTO DO FENÓMENO JURÍDICO SUCESSÓRIO	7
INTRODUÇÃO	9
1. Evolução histórica do direito das sucessões	9
2. O fundamento da sucessão	13
2.1. O fundamento do fenómeno sucessório	13
2.1.1. <i>A justificação jurídica da sucessão “mortis causa”</i>	13
2.1.2. <i>Fundamento último da sucessão</i>	14
2.2. O fundamento do quadro familiar do fenómeno sucessório	14
LIÇÃO II – CONCEITO DE SUCESSÃO	17
INTRODUÇÃO	19
1. A sucessão como aquisição derivada translativa	19
1.1. Conceito de sucessão	19
1.2. Aquisição derivada translativa	20
2. “Sucessão” e “aquisição”: compreensão da sucessão “ <i>mortis causa</i> ” à luz do conceito romanista de “sucessão”. Distinção entre herdeiro e legatário	20
2.1. O conceito romano de sucessão (“ <i>mortis causa</i> ”)	21
2.1.1. <i>O critério legal da sucessão “mortis causa”</i>	22
2.2. Critério legal da distinção entre herdeiro e legatário	22

LIÇÃO III – AS VÁRIAS ESPÉCIES DE SUCESSÃO POR MORTE: SUCESSÃO LEGÍTIMA; SUCESSÃO LEGITIMÁRIA; SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA; SUCESSÃO CONTRATUAL. AS FONTES DO DIREITO DAS SUCESSÕES	25
INTRODUÇÃO	27
1. As várias espécies de sucessões por morte	27
1.1. Descrição sumária das espécies de sucessão por morte	27
1.1.1. <i>Sucessão contratual</i>	28
1.2. A família como modelo da sucessão por morte	36
1.3. Regimes de bens dos cônjuges e sucessão	38
1.4. O papel da Mulher	38
2. Fontes do Direito das Sucessões	38
2.1. Fontes de Direito Civil	38
2.2. Fontes “não civis”	38
LIÇÃO IV – A MORTE COMO PRESSUPOSTO DA SUCESSÃO	41
INTRODUÇÃO	43
1. A morte	43
1.1. Noção de morte: como facto natural; como facto jurídico	43
1.2. A morte como determinante da abertura da sucessão. Sucessão das pessoas coletivas	45
1.2.1. <i>Sucessão das pessoas coletivas</i>	45
2. Prova da morte	45
2.1. Morte presumida	46
2.2. Comoriência	46
LIÇÃO V – O PROCESSO SUCESSÓRIO	49
INTRODUÇÃO	51
1. Descrição das diversas fases do processo sucessório	51
2. Análise dos momentos necessários do processo sucessório	52
2.1. Vocação sucessória	52
2.2. Devolução sucessória	53
2.3. Herança jacente	53
2.4. Partilha da herança	53
2.5. Cálculo da legítima	54
2.6. Testamento	54

LIÇÃO VI – ABERTURA DA SUCESSÃO. DESIGNAÇÃO SUCESSÓRIA. VOCAÇÃO SUCESSÓRIA	55
INTRODUÇÃO	57
1. Abertura da sucessão	57
1.1. Conceito de abertura da sucessão	57
1.2. Momento e lugar da abertura da sucessão	57
1.2.1. <i>Momento da abertura da sucessão. Seu significado</i>	57
1.2.2. <i>Lugar da abertura da sucessão</i>	58
2. Vocação e designação sucessórias	59
2.1. Designação sucessória	59
2.2. Vocação sucessória	60
2.2.1. <i>Títulos da vocação sucessória</i>	60
LIÇÃO VII – CONSISTÊNCIA DA DESIGNAÇÃO SUCESSÓRIA	61
INTRODUÇÃO	63
1. Sucessão testamentária e sucessão legítima	63
2. Sucessão legitimária	64
LIÇÃO VIII – PRESSUPOSTOS DA VOCAÇÃO	67
INTRODUÇÃO	69
1. Prevalência da designação sucessória	69
2. Existência e capacidade sucessória do chamado	69
2.1. Existência do chamado: o chamado já há-de existir no momento da vocação: o início da personalidade jurídica	69
2.2. Natureza jurídica da vocação dos nascituros	72
2.3. A jurisprudência: acórdão do STJ de 3 de Abril de 2014 (relator Álvaro Rodrigues)	74
2.4. Natureza jurídica da vocação dos concepturos	78
LIÇÃO IX – PRESSUPOSTOS DA VOCAÇÃO: CAPACIDADE SUCESSÓRIA	81
1. Capacidade sucessória	83
1.1. Momento de referência da capacidade sucessória	83
2. Incapacidade sucessória	85
2.1. Sucessão legítima e sucessão testamentária	85
2.2. Incapacidade das pessoas coletivas	87
2.3. Incapacidades na sucessão legitimária	87

2.4. Declaração de indignidade; deserdação	88
2.5. Reabilitação do indigno e do deserddado	90

LIÇÃO X – MODOS DE VOCAÇÃO	91
INTRODUÇÃO	93
1. Vocação pura e simples, vocação condicional, vocação una e múltipla	93
2. Vocação direta e indireta, originária e subsequente	95
2.1. Direito de representação	95
Noção	95
2.1.1. <i>Fundamento do direito de representação</i>	95
2.1.2. <i>Pressupostos do direito de representação</i>	96
2.1.2.1. Sucessão legal	96
2.1.2.2. Sucessão testamentária	97
2.1.3. <i>Distinção de figuras próximas</i>	98
2.1.3.1. Distinção da representação na prática de atos jurídicos	98
2.1.3.2. Distinção da transmissão do direito de aceitar	98
2.1.3.2.1. <i>Transmissão do direito de aceitar: caracterização</i>	98
2.1.3.2.2. <i>Distinção da transmissão do direito de aceitar</i>	99
2.1.4. <i>Âmbito do direito de representação</i>	100
2.1.4.1. Desigualdade de graus sucessórios	100
2.1.4.2. Igualdade de graus sucessórios com pluralidade de estirpes	100
2.1.4.2.1. <i>Desigualdade do número de membros de cada estirpe</i>	100
2.1.4.2.2. <i>Igualdade de número de membros de cada estirpe</i>	101
2.1.4.2.3. <i>Um único membro de cada estirpe</i>	101
2.1.4.3. Uma estirpe com um só membro	102
2.2. Substituição direta	102
2.3. Direito de acrescer	103
2.3.1. <i>Natureza jurídica do direito de acrescer. Direito de acrescer e direito de não decrescer</i>	104

LIÇÃO XI – CONTEÚDO DA VOCAÇÃO SUCESSÓRIA E OBJETO DA DEVOLUÇÃO SUCESSÓRIA	105
INTRODUÇÃO	107
1. Conteúdo da vocação sucessória	107
1.1. Posição jurídica atribuída ao chamado	107
1.2. Caracterização do direito de aceitar ou de repudiar	108
2. Objeto de devolução sucessória	108
2.1. Princípio geral	108

2.2. Classes de intransmissibilidade	109
2.2.1. <i>Intransmissibilidade natural</i>	109
2.2.2. <i>Intransmissibilidade legal</i>	109
2.2.3. <i>Intransmissibilidade negocial</i>	110

## LIÇÃO XII – OBJETO DA DEVOLUÇÃO SUCESSÓRIA HEREDITABILIDADE DO DIREITO DE INDEMNIZAÇÃO

INTRODUÇÃO	113
1. Indemnizabilidade dos danos patrimoniais e não patrimoniais e hereditabilidade do respetivo direito	113
1.1. Indemnizabilidade dos danos patrimoniais e hereditabilidade do respetivo direito	113
1.2. Indemnizabilidade dos danos não patrimoniais e hereditabilidade da respetiva indemnização	113
2. O problema da indemnizabilidade do dano da morte, e da hereditabilidade do respetivo direito de indemnização	114
2.1. A indemnizabilidade do dano da morte	114
2.1.1. <i>A vida</i>	114
2.1.2. <i>O direito ao respeito da vida</i>	115
2.2. O dano da morte	117

## LIÇÃO XIII – INDEMNIZAÇÃO DO DANO DA MORTE. HEREDITABILIDADE DA INDEMNIZAÇÃO DO DANO DA MORTE

1. Indemnizabilidade do dano da morte	121
1.1. Indemnizabilidade do dano da morte “ <i>de iure constituendo</i> ”	121
1.2. A indemnização do dano da morte “ <i>de iure constituto</i> ”	123
1.3. O cálculo da indemnização	124
2. Hereditabilidade da indemnização pelo dano da morte. O enquadramento técnico-jurídico da indemnização e da sua hereditabilidade	126

## LIÇÃO XIV – HERANÇA JACENTE E AQUISIÇÃO SUCESSÓRIA

INTRODUÇÃO	137
1. Herança jacente	137
1.1. Administração da herança jacente	138
1.2. Personalidade judiciária da herança jacente	138
1.3. Processo cominatório de aceitação ou de repúdio	138

2. Aquisição sucessória: aceitação e repúdio da herança	139
2.1. Aceitação da herança	139
2.1.1. <i>Natureza jurídica da aceitação</i>	139
2.1.2. <i>Espécies de aceitação</i>	140
2.1.3. <i>Transmissão do direito de aceitar</i>	141
2.1.4. <i>Caducidade do direito de aceitar</i>	142
2.2. Repúdio da herança	142
2.2.1. <i>Natureza jurídica do repúdio</i>	142
2.2.2. <i>Forma do repúdio</i>	143
3. A aquisição sucessória e a administração da herança	143
3.1. A qualidade de sucessor	143
3.2. A petição da herança	145
3.3. A administração da herança	146
3.3.1. <i>O cabeça-de-casal</i>	146
3.3.2. <i>O testamenteiro</i>	147
4. A aquisição sucessória e a alienação de herança	148

LIÇÃO XV – OS ENCARGOS DA HERANÇA E SUA LIQUIDAÇÃO.  
PARTILHA DA HERANÇA

INTRODUÇÃO	149
1. Encargos da herança e sua liquidação	151
2. Partilha	155
2.1. Direito à partilha	155
2.2. A colação como operação de partilha	156
2.2.1. <i>O cônjuge sobrevivente e a colação</i>	157
2.2.2. <i>A igualação</i>	160

LIÇÃO XVI – O PROCESSO DE INVENTÁRIO

1. Noções gerais	165
2. Processo de inventário	166
2.1. Dívidas	167
2.2. Conferências: preparatória e dos interessados	168
2.3. Inoficiosidade	168
2.4. Partilha	169
2.5. Custas	169

LIÇÃO XVII – SUCESSÃO LEGÍTIMA E LEGITIMÁRIA	171
INTRODUÇÃO	173
1. Sucessão legítima	173
1.1. Pressupostos	173
1.2. Ordem da sucessão legítima. Princípios gerais	174
2. Sucessão legitimária	176
2.1. Noção de legítima. Natureza jurídica da legítima	176
2.2. Sucessíveis legitimários	177
2.3. <i>A sucessão do cônjuge</i>	177
2.4. Cálculo da legítima: procedimento	184
2.5. Proteção da legítima	187
2.5.1. <i>Intangibilidade da legítima</i>	187
2.5.2. <i>Cautela sociniana</i>	189
2.5.3. <i>Legado por conta e legado em substituição da legítima</i>	189
2.5.4. <i>Redução por inoficiosidade</i>	191
LIÇÃO XVIII – O TESTAMENTO	195
1. Noção de testamento	197
1.1. Modalidades de testamento	197
1.2. Testamento público e cerrado	198
1.3. Modalidades especiais	199
1.4. Testamento de portugueses em país estrangeiro	199
1.5. Capacidade testamentária	199
1.6. Indisponibilidades sucessórias.	200
2. O testamento – falta da vontade e vícios da vontade	203
2.1. Vícios da vontade	203
2.2. Divergências entre a vontade e a declaração	204
3. Conteúdo do testamento	204
3.1. Generalidades	204
3.2. A instituição de herdeiro e de legatário	205
3.3. O legado	205
3.4. Modalidades de legados	206
ÍNDICE GERAL	209

